



**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR CESREI LTDA
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**

KLEYTON MATEUS DO NASCIMENTO SILVA

**O PAPEL DO PARTIDO NOVO NO FORTALECIMENTO DO LIBERALISMO NO
BRASIL**

Campina Grande – PB
2023

O PAPEL DO PARTIDO NOVO NO FORTALECIMENTO DO LIBERALISMO NO BRASIL

Trabalho de conclusão de curso (Artigo), apresentado à Coordenação do Curso de Direito da Cesrei Faculdade, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito, pela referida instituição.

Orientador: Prof. Me. Rodrigo Araújo Reul.

S586p Silva, Kleyton Mateus do Nascimento.
 O papel do Partido Novo no fortalecimento do liberalismo no Brasil /
 Kleyton Mateus do Nascimento Silva. – Campina Grande, 2023.
 20 f.

 Artigo (Bacharelado em Direito) – Cesrei Faculdade – Centro de
Educação Superior Cesrei Ltda., 2023.
 "Orientação: Prof. Me. Rodrigo Araújo Reül".
 Referências.

 1. Direito Eleitoral. 2. Eleição. 3. Neoliberalismo. 4. Partido Novo.
 5. Política. I. Reül, Rodrigo Araújo. II. Título.

CDU 342.8(043)

KLEYTON MATEUS DO NASCIMENTO SILVA

**O PAPEL DO PARTIDO NOVO NO FORTALECIMENTO DO LIBERALISMO NO
BRASIL**

Aprovado em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Rodrigo Araújo Reul
Orientador
Cesrei Faculdade

Profa. Ma. Loriene A. D. Duarte
1º Examinador
Cesrei Faculdade

Profa. Ma. Andréa F. S. de Oliveira
2º Examinador
Cesrei Faculdade

AGRADECIMENTOS

Sou grato a Deus acima de tudo. Que pela sua graça me permitiu vivenciar este momento.

Agradeço à minha mãe, dona Roseilda, pelo carinho, atenção e apoio que me deu durante toda a minha vida.

Sou grato à professora Cosma Ribeiro pelo apoio técnico prestado durante todo o desenvolvimento do projeto.

Agradeço ao meu orientador Rodrigo Araújo Reul por sempre me fazer pensar e questionar sobre o tema do meu trabalho de pesquisa.

Por último, mas não menos importante aos meus colegas de curso, pela oportunidade do convívio e pela cooperação mútua durante estes anos.

Dedico este trabalho a minha mãe, que muito me ajudou e me incentivou a realizá-lo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	HISTÓRICO PARTIDÁRIO: COMO FORAM CRIADOS OS PARTIDOS NO BRASIL.....	8
3	INFLUÊNCIA PARTIDÁRIA NO NEOLIBERALISMO	10
4	REFORMA PARA O ESTADO PROPOSTA PELO PARTIDO	13
5	DIREITISTAS BRASILEIROS: NOVO AO VELHO	15
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	17

O PAPEL DO PARTIDO NOVO NO FORTALECIMENTO DO LIBERALISMO NO BRASIL

Kleyton Mateus do Nascimento Silva¹
Rodrigo Araújo Reul²

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo observar o papel do Partido Novo no fortalecimento do liberalismo no Brasil dentro do Estado brasileiro e seus respectivos partidos políticos. Partindo do contexto histórico, foi abordado sobre o partido novo e sua influência sobre o liberalismo. Buscou-se salientar que o Brasil é um país democrático desde 1998, e que traz consigo as grandes transformações políticas e econômicas caracterizadas pelas crises que assolaram todos os continentes. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para alcançar os objetivos propostos. Foi possível compreender a importância da história partidária e de como essa nova geração partidária tem contribuído para o neoliberalismo que vem sendo tema de abordagem desde sua última eleição em 2018 no Brasil. Autores como Norberto Bobbio, John Locke, Anderson Perry, Jaime Barreiros Neto, Reinaldo Dias e Sergio Tiezzi foram primordiais na construção deste trabalho. Conclui-se que, no Brasil existe uma grande crise de identidade dentro das organizações partidárias, inclusive naqueles que apesar de tudo ainda possuem princípios claros que norteiam a sua atuação política.

Palavras-chave: Eleição. Neoliberalismo. Partido. Política.

ABSTRACT

This article aimed to observe the role of the New Party in strengthening liberalism in Brazil within the Brazilian State and its respective political parties. Starting from the historical context, it was approached about the new party and its influence on liberalism. It was sought to emphasize that Brazil has been a democratic country since 1998, and it brings with it the great political and economic transformations characterized by the crises that devastated all continents. Therefore, a bibliographical research was carried out to achieve the proposed objectives. It was possible to understand the importance of party history and how this new party generation has contributed to neoliberalism, which has been the subject of discussion since its last election in 2018 in Brazil. Authors such as Norberto Bobbio, John Locke, Anderson Perry, Jaime Barreiros Neto, Reinaldo Dias and Sergio Tiezzi were essential in the construction of this work. It was concluded that, in Brazil, there is a major identity crisis within party organizations, including those that despite everything still have clear principles that guide their political action.

Keywords: Election. Neoliberalism. Party. Politics.

¹ Graduando no Curso de Bacharelado em Direito. E-mail: kleytonmateus8@gmail.com.

² Professor Orientador da Cesrei Faculdade. E-mail: rodrigoreul@cesrei.com.br.

1 INTRODUÇÃO

Os partidos políticos têm papéis fundamentais na histórica política do Brasil, especialmente quando se fala em ideologia do neoliberalismo, um dos eixos centrais das mudanças que estão exaltando uma nova concepção.

A natureza de um partido político precisa ser discutida como um prefácio aos problemas das origens partidárias no Brasil (NEEDEL, 2009). Deve-se recordar que, a eleição do ano de 2018 foi marcada por um pós-*impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff; além dos cenários investigativos que poluem a política brasileira de forma inquestionável.

A corrente do liberalismo sempre se mostrou presente no sistema partidário brasileiro, nos partidos políticos e em diferentes formas. O liberalismo parte de definições – de homem, sociedade e direitos individuais – puramente gnosiológicas. No caso do progenitor do liberalismo político – o nominalista John Locke –, o homem emerge de uma concepção atomista psicológico-empírica de indivíduo, através da qual se afirma que as essências são todas de natureza nominal (LOCKE, 1999). Esse fundamento epistêmico implica afirmar que as ideias são categorias cognitivas de caráter absolutamente privado-psíquicas (SILVA, 2011).

No âmbito da democracia, a criação o Partido Novo trouxe consigo o liberalismo profundo, de acordo com Amoêdo (2021):

No Novo acreditamos em um Estado democrático de direito, que respeita as instituições preserva as liberdades individuais, incentiva o empreendedorismo e possibilita oportunidade para todos. O Estado, na nossa avaliação, o Estado na nossa avaliação deve atuar nas áreas essenciais: saúde, segurança, justiça e educação básica. (AMOÊDO, 2021, p.139).

Contudo, infelizmente, a população não aceitou de maneira igualitária e parte desta não entendeu a proposta partidária. Diante disso, uma análise profunda do que seria o liberalismo e seu papel neste “novo mundo político”, é importante a fim de compreender sua relevância nas campanhas eleitorais.

Dada a amplitude do tema, que percorre toda a história do Brasil independente, este trabalho teve como objetivo central observar o papel do Partido Novo no fortalecimento do liberalismo no Brasil dentro do Estado brasileiro e seus respectivos partido políticos.

A metodologia empregada neste trabalho para alcançar o objetivo proposto

consiste em uma revisão bibliográfica, pois conforme Gil (2009) explica, tem por base investigações em livros, revistas, artigos científicos, leis e *sites* relevantes.

Este trabalho divide-se em quatro capítulos. No primeiro capítulo, tem-se a análise histórica sobre os partidos políticos e de como eles estes surgiram e emergiram em no meio político desde 1988. No segundo capítulo, é discutido sobre o neoliberalismo nos partidos e como eles influenciam na sociedade em campanhas partidárias de maneira direta e que divide opiniões. No terceiro capítulo, discute-se acerca da reforma e proposta partidária e os direitistas brasileiros. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

É importante ressaltar que, além dos dados aqui coletados, deve-se ter um olhar atento as possíveis implicações da não aceitação dos novos moldes políticos no Brasil e da grande tendência do sistema em torno desse modelo novo de democracia, todavia, o primeiro passo já foi dado e segue-se acreditando que dias melhores virão.

2 HISTÓRICO PARTIDÁRIO: COMO FORAM CRIADOS OS PARTIDOS NO BRASIL?

O surgimento dos partidos foi um grande avanço que se iniciou no século XVII e XVIII anos estes contemporâneos, que assim, surgiu o regime democrático representativo. Em uma análise mais profunda, o fortalecimento e expansão dessas atividades ocorreram somente no século XIX, quando um grupo político partiu para adoções de estruturas estáveis e bem definidas (ALVIN, s.d).

A nova classe emergente daquele período, a burguesia, necessitava de novas formas de organização política que lhe permitissem atuar politicamente junto ao Parlamento, onde existiam regras claras de negociação, sem que se colocasse em risco a estrutura de dominação que a privilegiava. Logo, o Parlamento se tornou o órgão de expressão da burguesia, e se constituiu num instrumento desta para o controle do governo. (DIAS, 2010, p. 176-177).

Motta (2008) traz que, os partidos são um fenômeno internacional. Surgiram na Europa ocidental e em algumas de suas ex-colônias, como os Estados Unidos, por exemplo, e existem hoje na maioria dos países. No Brasil, país que desde a colonização portuguesa sofreu forte influência europeia, eles foram criados

evidentemente sob inspiração de modelos em vigor no velho continente. No entanto, isso não significa que houve simples imitação: características peculiares ao Brasil marcaram os partidos e o funcionamento do sistema eleitoral (MOTTA, 2008).

O aparecimento dos partidos, em noções mais apurada, assumiu uma forma de mobilização política que pode ser explanada por Farias Neto (2011):

A princípio, os partidos foram organizações puramente eleitorais, cuja função essencial consistia em assegurar o êxito de seus candidatos. Nesse contexto, a eleição era o fim e o partido era o meio. Depois, o partido desenvolveu funções próprias como organização capacitada para a ação direta e sistemática sobre a atividade política, colocando a eleição a serviço da propaganda partidária (FARIAS NETO, 2011, p. 178).

Sendo assim, inicialmente eram apenas partidos de elite política e econômica, que eram das agremiações. Logo após o desenvolvimento da modernização civil, que se entenderia o poder do governo para as demandas dos eleitores. Durante as décadas, os partidos Republicanos Mineiros, marcou a República Velha com a ascensão de Getúlio Vargas em 1930 (ROMANO, 2022).

Após essa fase, surgiram os partidos da massa, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), União Democrata Nacional (UND), Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre outros. O processo veio a ser interrompido pelo regime militar e o início da ditadura em 1960. Durante esse tempo, surgiu a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e logo em seguida o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (ROMANO, 2022).

Cunha Júnior (2009) explica que o partido político é constituído por uma pessoa jurídica de direito privado que consiste na união ou agremiação voluntária de cidadãos com afinidades ideológicas e políticas, organizada segundo princípios de disciplina e fidelidade.

Tal conceito vai ao encontro das disposições acerca dos partidos políticos trazidas pela Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para quem “o partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal” (art. 1º).

Dutra (2017) destaca que, a Constituição confere ampla liberdade aos partidos políticos, uma vez que são instituições indispensáveis para concretização do Estado democrático de direito.

Conforme Romano (2022), o Brasil é uma república formada por Três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. São eles que determinam como será a criação de novos partidos desde 1995. O país hoje lidera o índice de partidos sendo registrados 33 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sendo uma das principais agremiações o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Nas lições de Barreiros Neto:

A democracia, nos seus moldes contemporâneos, exige que, tal como afirmam os liberais, haja o respeito à liberdade individual e à pluralidade de ideias, consubstanciadas na defesa da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa, bem como da preservação da esfera privada frente às sempre presentes ameaças totalizadoras. Por outro lado, conforme bem destacam os adeptos do republicanismo, a democracia contemporânea também exige o exercício de deveres fundamentais, fundada em uma maior interação dos indivíduos com a esfera pública, bem como a existência de um sistema de freios e contrapesos, que possibilite o equilíbrio necessário entre as instituições políticas e entre as diversas representações da sociedade civil (BARREIROS NETO, 2019, p. 131).

Segundo Paulo e Alexandrino (2017, p. 107), os direitos políticos abrangem regras que disciplinam a “atuação da soberania popular, com o fim de permitir ao indivíduo o exercício concreto da liberdade de participação nos negócios políticos do Estado, conferindo-lhe os atributos da cidadania. Estão enumerados no art. 14 da Constituição. Também ressalta os direitos referentes aos partidos políticos, onde tem-se que “regulamentam os partidos políticos como instrumentos necessários à preservação do Estado Democrático de Direito, assegurando-lhes autonomia e plena liberdade de atuação, para concretizar o sistema representativo (CF, art. 17)” (PAULO; ALEXANDRINO, 2017, p. 107).

Vale ressaltar que a evolução dos partidos e do sistema político eleitoral, decorrente de seu processo meramente histórico é de alta relevância para os regimes demográficos e seus fortalecimentos em desenvolvimento do país.

3 INFLUÊNCIA PARTIDÁRIA NO NEOLIBERALISMO

A política social é um dos mecanismos de distribuição de valores em nossa sociedade. Segundo Franch, Batista e Camurça (2001), o neoliberalismo pode ser

definido como uma ideologia ou uma doutrina que ganhou repercussão e simpatia dos políticos seja ela pública ou internacional. Ele é chamado de “novo liberalismo”. Essa teoria defende a livre iniciativa, concorrência, diminuição do papel do estado na economia e redução das barreiras comerciais internacionais.

O neoliberalismo pode ser entendido, como um conjunto de ideologias e doutrinas que ganhou espaço mundialmente, que ganhou adesão e simpatia de grande parte das potências mundiais. A implantação de programas neoliberais na América Latina iniciou-se no Chile, com Pinochet. A maior conversão ao modelo do neoliberalismo, porém, aconteceria em fins dos anos 80 e seria fortemente estimulada pelo crédito das Instituições Financeiras Multilaterais aos Programas de Ajuste Estrutural (FRANCH; BATISTA; CAMURÇA, 2001).

Segundo Ugá (1997), as políticas de ajuste respeitam os principais aspectos do ideário neoliberal: as duas instituições máximas da sociedade são o mercado e a propriedade privada; o Estado institui e fiscaliza o cumprimento de leis gerais que dão suporte a essas duas instituições; a política subordina-se ao primado da economia.

O problema é que todo esse estímulo ao mercado e ao setor privado está sendo feito em países que nunca desfrutaram dos benefícios de um Estado do Bem-Estar (SOARES, 2001). O contexto latino-americano diferencia-se radicalmente dos centros que irradiaram as ideias neoliberais (Europa e Estados Unidos) pelas maiores taxas de pobreza, violência, desigualdades econômicas e de gênero. Como é possível programar, num contexto desses, mm modelo de sociedade ainda mais excludente? (FRANCH; BATISTA; CAMURÇA, 2001).

Uma das formas de minimizar os impactos já foi mencionada: trata-se de programar políticas compensatórias, voltadas a alguns setores da população, como substituto às políticas sociais de abrangência universal. Outra estratégia, porém, é revestir as reformas com um caráter de "mal necessário" e inevitável, facilitando a aceitação da doutrina neoliberal em nome de um bem maior: o desenvolvimento da nação em longo prazo (FRANCH; BATISTA; CAMURÇA, 2001).

Esse mecanismo traz consigo um conjunto de teses econômicas conhecidas como liberalismo. Ela define ideias, teorias e doutrinas a liberdade individual e rejeita qualquer tipo de coação em grupo ou do estado sobre os indivíduos. Um dos repúdios seria a intervenção do estado na economia do país (FONSECA, 2010).

O movimento surgiu em países europeus em meados de 1944. Os partidários

dos anos 70 afirmavam que o resultado da opressão excessiva dos sindicatos para que os salários fossem maiores e por maiores gastos sociais, pensam que para vencer a crise o governo deveria ter estabilidade tributaria, e incentivos econômicos (FRANCH; BATISTA; CAMURÇA, 2001).

Conforme Coelho (2019), no final da ditadura militar, o Brasil tinha a necessidade de acabar com seus problemas econômicos: a inflação. Além da indústria se encontrar defasado devido o avanço das tecnologias orientais. Para isso, Fernando Collor propõe a criação de uma nova moeda local, mudanças trabalhistas, e suas privatizações.

No Brasil, em 1990 o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) já tinha essa inclinação Neoliberal. O debate principal vinha acerca da governança do presidente centro-esquerda. Nas famosas crises do ABC Paulista, oito líderes metalúrgicos inaugurando uma campanha neoliberalista em nossos pais (MARQUES, 2021). Em entrevista publicada no *Financial Time*, em abril de 2002 declara: “Nunca houve nenhuma chance de neoliberalismo aqui. Este é um país muito pobre e o Estado sempre terá um papel importante na atenuação de diferenças sociais”³.

Portanto, várias agências reguladoras foram criadas a fim de ditar as regras para as novas empresas que passaram a atuar no país. Por exemplo: como as telefônicas estaduais foram extintas, as companhias privadas têm que se submeter a Anatel para poderem operar no Brasil (BEZERRA, s.d).

A retórica descrita é ilustrada nas palavras de Tiezzi (2004), acessor da área social na Casa Civil do governo Cardoso:

O sistema de proteção social consolidado ao longo do tempo acabou se caracterizando por um esforço de gasto relativamente elevado (cerca de 18% do PIB), grande centralização administrativa, escasso controle democrático, grandes ineficiências operacionais e por uma estrutura de benefícios com baixo conteúdo distributivo. (...) Neste sentido, era absolutamente indispensável assegurar as condições de estabilidade macroeconômica, realizar a reforma do Estado (TIEZZI, 2004, p. 49-50).

Assim, conforme Vicente (2022, p. 34-35), FHC pôde implantar as ideias neoliberais no Brasil que incluíram:

- Privatização da telefonia estatal como a Telebras, Telerj, Telesp, Telemig, etc.

³ Disponível em: <https://citacoes.in/citacoes/109503-fernando-henrique-cardoso-nunca-houve-nenhuma-chance-de-neoliberalismo-aqui/>. Acesso em: 18 maio de 2023.

e da empresa nacional Embratel;

- Venda dos bancos estaduais como Banerj, Banestado, Banesp, etc.
- Privatização de empresas como Embraer, Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica Nacional, entre outras;
- Redução de 20% dos funcionários públicos em nível federal e estadual por meio da aposentadoria antecipada ou demissão;
- Terceirização de trabalhadores e vários serviços do estado;
- Abertura do mercado nacional para empresas estrangeiras.

Todavia, essas mudanças trouxeram consequências que podem ser sentidas até os dias atuais, vendo que, a privatização é notória igualmente o aumento das empresas estrangeiras que estão em operação no Brasil. Como bem explicam Gargarella e Courtis (2009):

A relação entre o fortalecimento do poder presidencial e a promoção da participação popular é contraditória, uma vez que, ideal da democracia participativa requer descentralizar e desconcentrar o poder, e não o contrário (GARGARELLA; COURTIS, 2009, p. 29).

Fazer ambas as coisas ao mesmo tempo (fortalecer o presidente - abrir espaços para mais participação) costuma resultar numa operação contraditória, que acarreta o grave risco de que um dos lados ideais ou objetivos termine resultando opaco ou diretamente apagado.

4 REFORMA PARA O ESTADO PROPOSTA PELO PARTIDO

Vive-se em um milênio no qual, a cada nova eleição lançada em nosso país um novo partido é lançado. E um desses partidos, é o NOVO. Ele foi fundado em 12 de fevereiro de 2011, por apenas 181 cidadãos brasileiros em dez estados da Federação Brasileira (PARTIDO NOVO, 2020).

Essa nova visão foi criada a priori por uma parte da população que se encontrava insatisfeita com os serviços recebidos e impostos pagos ao estado. Todavia, esse mesmo grupo nunca havia antes sentado em cadeiras nas casas legislativas, mas que em tese, a criação de um novo partido seria a solução para resolver as demandas (PARTIDO NOVO, 2020).

Ao longo de três anos e meio, foram dedicados apenas a divulgação de

objetivos e valores e os cumprimentos legais dos direitos individuais. Apenas em Julho de 2014 foi feito o registro definitivo pelo TSE (PARTIDO NOVO, 2020).

Sendo assim, o partido NOVO se tornou o 33º partido de nosso país com tendência exclusiva ao Neoliberalismo. Defendem os direitos individuais, a liberdade de expressão, a transparência, a administração pública com eficiência. O partido acredita que, mesmo os recursos sendo totalmente limitados, é necessário definir prioridades buscando sempre direitos e deveres dos cidadãos (PARTIDO NOVO, 2020).

Em sua estréia, o partido NOVO lançou 142 candidatos a Câmara de vereadores em todo o Brasil e apenas um candidato para a prefeitura na cidade do Rio de Janeiro, com a candidata Carmen Migueles que conquistou 38.512 votos com 1,27% dos votos válidos, não sendo eleita (CORADI, 2020).

O fundador do partido foi o então candidato a presidência João Amoedo, que se uniu principalmente a categorias de médicos, engenheiros, arquitetos, ou seja, a elite social de nosso país, os “ricachos do alto escalão financeiro”.

Conforme o Partido Novo (2020) são propostas diversas modificações no estilo de governo do país, como destacado:

- Estado “simples, leve e eficiente”: uma administração voltada ao que é realmente importante como foco na saúde, leis simplificadas, fortalecimento de desempenho das instituições;
- Oportunidade de conexão com o mundo: redução de cargas tributárias, segurança jurídica, investimentos estrangeiros e a redução de barreiras comerciais;
- Zelo com o dinheiro público: fim dos auxílios aos que ocupam as cadeiras no legislativo, previdência justa, fim de subsidiários de créditos;
- Educação: priorizar a educação básica, expansão do ensino técnico, valorizar os professores;
- Representação partidária: fim do fundo partidário, voto facultativo, possibilidade de candidatura sem estar vinculado a partidos.

O partido ainda propõe muitas outras modificações em nosso país, que nos tornaria sem dúvidas cidadãos mais livres e com menos poder do estado sobre nós. Na acepção mais comum dos dois termos, por “liberalismo” entende-se uma:

Determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e

funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social; por “democracia entende”-se uma das varias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapondo às formas autocráticas, como a monarquia e a oligarquia. Um Estado liberal não é necessariamente democrático: ao contrário, realiza-se historicamente em sociedades nas quais a participação no governo é bastante restrita, limitada às classes possuidoras. Um governo democrático não dá vida necessariamente a um Estado liberal: ao contrário, o Estado liberal clássico foi posto em crise pelo progressivo processo de democratização produzido pela gradual ampliação de sufrágio até o sufrágio universal (BOBBIO, 2005, p. 8).

Segundo João Amoêdo, citado por Lacsko (2018, n.p.):

As pessoas querem renovação na política, querem algo diferente e essa foi, desde o início do processo, a proposta do Novo. Primeiro: uma montagem com gente da sociedade civil, sem estar ligado a nenhum partido, sem estar ligado a nenhuma igreja, a nenhum sindicato. Segundo: o desejo de devolver o poder para as pessoas. (...) Terceiro: contra privilégios.

Na visão do ex-candidato, esta é a época no qual, os cidadãos estão a procura de novos partidos que os representem, e que apresentem ideias inovadoras.

5 DIREITISTAS BRASILEIROS: NOVO AO VELHO

Como já explanado anteriormente, o partido Novo foi criado e elaborado com propostas inovadoras para que viesse a retratar um novo “jeito” de se fazer política no país. Todavia, ocorreram erros ao longo do caminho da parte de seus próprios integrantes que fizessem com que tudo isso afundasse.

O partido do ex-banqueiro, João Amoêdo obteve um excelente desempenho, implantando oito deputados na bancada e um ministro. O partido carrega consigo o extremismo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, no qual, a chapa alegou que no segundo turno seria imparcial e 90% de seus integrantes votaram no candidato (RAMALHO; CALGARO, 2018).

Segundo Amoêdo (2021, p. 139): “a grande maioria das pessoas não se sente representada pelos partidos que estão aí e, no entanto, não conseguem montar porque a burocracia é muito grande”.

Em seu governo, a pasta do ministério do Meio Ambiente foi uma das mais

desastrosas, alegando que o então ministro não fazia parte da instituição. O então questionamento seria: Como que um partido que se diz tão liberal e seletivo tem como ministro alguém condenado por improbidade administrativa?

No quesito representação e novidade, o partido não tem nenhuma novidade, na tangente com partidos tradicionais. Nem sempre o partido acompanha as ideias nas quais defende. O partido Novo não existe nenhum tipo de concordância com o seu nome tão pouco as práticas que nele são defendidas.

O partido não se assumiu de “direita” ou que faz parte do centrão, ele se diz liberal, com uma vertente neoliberalista. Nada mais seria que pessoas disfarçadas para mascararem a privatização dos serviços públicos de nosso país, ou seja, perdeu a sua essência de forma integral (QUINTELA, 2020).

Na eleição de 2022, o ex-presidente do partido assumiu que se desvinculou da base e que iria apoiar o esquerdista Luis Inácio Lula da Silva, candidato e presidente pelo PT, por isso são chamados de partido “dos banqueiros”, pois literalmente vão para a famosa frase tipicamente brasileira “para quem der mais” (COSTA, 2006).

Na sequência, o governo Bolsonaro (2019-2022), embora mais sólido e estável que o de Temer, representa uma aliança inusitada no Brasil entre o neoliberalismo e o neofascismo, aliança à qual o campo neoliberal teve de recorrer devido ao declínio de seus partidos políticos tradicionais. Foi o recurso ao neofascismo que permitiu à grande burguesia associada bloquear o retorno do Partido dos Trabalhadores e de sua política neodesenvolvimentista ao governo na eleição presidencial de 2018, mas tal recurso teve um custo, que foram a limitação do programa de reformas neoliberais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os objetivos propostos neste estudo, verifica-se que as ideias liberais possuem um longo passado na história do Brasil, onde as vertentes defendidas fazem parte das tradições intelectuais e políticas. A influência do neoliberalismo e das suas propostas à política do país, seriam um grande marco a liberdade individual e ao novo jeito de pensar.

Constata-se que o país luta para ser um partido que apoia o liberalismo, a citar o exemplo das últimas eleições, no qual o ex-presidente Bolsonaro tentou

enquadrar esse novo modelo em sua dinâmica presidencialista. Ademais, a grande influência dos partidos sobre esse novo método, acarretou a formação partidária do partido novo pelo então candidato João Amoêdo.

Foi constatado que o tipo de comportamento nos discursos do fundador do partido novo, vai muito além das propostas da campanha. A constante ausência de debates políticos liberais aponta uma democracia ameaçada. Nota-se que o partido está refletindo o que propôs em sua campanha em 2018. Ao observar as idéias propostas percebe-se que falta identidade partidária para sair do papel. Como foi dito ao longo do texto, o partido é conhecido como neoliberalista, porém, durante o pleito é notável que não existe grande diferença dos demais partidos. Dessa forma, O partido NOVO e suas velhas ideias, o estilo de comportamento principalmente de seus integrantes fez com que o partido afundasse completamente.

Após a reflexão sobre a história partidária em nosso país, de como surgiu os partidos e da importância da legenda principalmente para as candidaturas no Brasil, entende-se que a legenda fala muito mais que o próprio candidato.

Cabe destacar que grandes setores da sociedade por não se sentir representados no nosso sistema político partidário, acaba gerando um vazio propício para o surgimento de novos partidos, que captam estes votos insatisfeitos e não identificados com nenhuma agremiação. Além disso, a legislação partidária brasileira não pareceu apresentar nenhum empecilho significativo para o surgimento do partido NOVO.

É notável que a política partidária brasileira precisa-se de uma reforma urgente, principalmente quando se fala em seus princípios que norteiam os partidos e sua composição de tal forma, que tenhamos políticas mais justas e igualitárias.

Conclui-se que, é necessário buscar alternativas para que os direitos fundamentais tão debatidos na sociedade tenham sua efetivação e que na realidade a democracia seja parte do cotidiano do povo no cenário do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Frederico. A evolução histórica dos partidos políticos. **Revista eletrônica EJE**, n. 6, ano 3, [s.d]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-6-ano-3/a-evolucao-historica-dos-partidos-politicos>. Acesso em: 20 maio de 2023.

AMOÊDO, João. **Sem atalho**: Uma Jornada até a política e minhas ideias para o Brasil. 1 ed. São Paulo: Penguin, 2021.

ANDERSON, Perry (1996). "Balanço do neoliberalismo". In: A. BORÓN **As políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BARREIROS NETO, Jaime. **Teorias da democracia**. 1. ed. Salvador: JusPodivm: Faculdade Baiana de Direito, 2019. p. 148.

BEZERRA, Juliana. **Neoliberalismo no Brasil**. [s.d]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/neoliberalismo-no-brasil/>. Acesso em: 18 maio de 2023.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. - Rio de Janeiro.

COELHO, Fernando Mendes. **Liberalismo e ditadura militar**: controvérsias em "quem é quem na economia brasileira". 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

CORADI, Carlos Daniel. **Capítulo 10**: eleição de 2016. 2020. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/cap%C3%ADtulo-10-elei%C3%A7%C3%A3o-de-2016-carlos-daniel-coradi/?originalSubdomain=pt>. Acesso em: 22 maio de 2023.

COSTA, Soraia. **"Agora, o PT é o partido dos banqueiros"**. 2006. Disponível: <https://congressoemfoco.uol.com.br/reportagem/agora-o-pt-e-o-partido-dos-banqueiros/>. Acesso em: 23 maio de 2023.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de direito constitucional**. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2009.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. São Paulo: Atlas, 2010. Direito, 2019. p. 148.

DUTRA, Luciano. **Direito constitucional essencial**. 3. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método. 2017.

FARIAS NETO, Pedro Sabino de. **Ciência política**: enfoque integral avançado. São Paulo: Atlas, p. 178, 2011.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Keynes: o liberalismo econômico como mito. **Economia e Sociedade**, v. 19, p. 425-447, 2010.

FRANCH, Mônica; BATISTA, Carla; CAMURÇA, Sílvia. Neoliberalismo: A doutrina que orienta o ajuste estrutural. *In*: **Ajuste estrutural, pobreza e desigualdade de gênero**. Recife: Iniciativa de Gênero, 2001.

GARGARELLA, Roberto; COURTIS, Christian. **El nuevo constitucionalismo latino americano**: promesas e interrogantes. CEPAL - Serie Políticas sociales, n. 153, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LACSKO, Madeleine. **“No Brasil, a gente tem de aprender isso: mais importante do que o discurso é a prática”, diz João Amoêdo**. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/a-protagonista/no-brasil-gente-tem-de-aprender-isso-mais-importante-que-o-discurso-e-pratica-diz-joao-amoedo/>. Acesso em: 25 maio de 2023.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Tradução de Anoar Aiex. 1. ed., São Paulo. Editora Nova Cultural Ltda, v. 320, 1999.

MARQUES, Luis. **O neoliberalismo no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://pt.org.br/artigo-o-neoliberalismo-no-brasil-por-luiz-marques/>. Acesso em: 18 maio de 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Editora UFMG, 2008.

PARTIDO NOVO. **A História do NOVO**. 2020. Disponível em: <https://novo.org.br/novo/conheca/historia-do-novo/>. Acesso em: 22 maio de 2023.

PARTIDO NOVO. **Posicionamentos do NOVO**. 2020. Disponível em: <https://novo.org.br/novo/posicionamentos/>. Acesso em: 22 maio de 2023.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito constitucional descomplicado**. 16. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método. 2017.

QUINTELA, Débora Françolin. A direita bolsonarista. Neoliberalismo, neoconservadorismo e a instrumentalização política da família. **Encontro Anual da ANPOCS**, v. 44, p. 1-25, 2020.

RAMALHO, Renan; CALGARO, Fernanda. **'Nosso desempenho foi sensacional', diz Amoêdo sobre resultados do partido Novo**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/nosso-desempenho-foi-sensacional-diz-amoedo-sobre-resultados-do-partido-novo.ghtml>. Acesso em: 23 maio de 2023.

ROMANO, Anna Carolina. **Partidos políticos no Brasil: entenda como eles surgiram**. 2022. Disponível em: <https://www.blog.inteligov.com.br/partidospoliticos-brasil>. Acesso em: 17 maio de 2023.

SILVA, Marcelo Lira. Os Fundamentos do Liberalismo Clássico: A relação entre estado, direito e democracia. **Revista Aurora**, v. 5, n. 1, 2011.

SOARES, Laura Tavares. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes. CLACSO/LPP-UERJ, 2001.

TIEZZI, Sérgio. A organização da política social do governo Fernando Henrique. **Rev. São Paulo em perspectiva**, v. 18, p. 49-56, 2004.

UGÁ, Maria Alicia Dominguez. Ajuste estrutural, governabilidade e democracia. *In: **A miragem da pós-modernidade***: democracia e políticas sociais no contexto da globalização. Rio de Janeiro: FioCruz, 1997.

VICENTE, Maria Eduarda. **As consequências econômicas e sociais da globalização sobre os países da América Latina**: uma reflexão a partir das experiências de Argentina, Brasil e México, nas décadas de 1980/90. 2022. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro Universitário Curitiba - Unicuritiba, Curitiba, 2022.